

Extensão Universitária e Economia Solidária: a Residência Social EA/UFRGS como ferramenta de gestão social

Beatriz Centenaro Hellwig
bchellwig@yahoo.com.br

Igor Vinicius Lima Valentim
valentim@gmail.com

Rosinha da Silva Machado Carrion
carrion@ea.ufrgs.br

Escola de Administração /
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Resumo

Em um contexto marcado pela exclusão social, verifica-se, no cenário brasileiro, a emergência de empreendimentos coletivos de trabalho, os quais por suas características têm sido agrupados sob a denominação de Economia Solidária (ES). Essas organizações enfrentam, entretanto, múltiplos desafios à sua sobrevivência, entre os quais, o desconhecimento dos princípios mais elementares de gestão social. Através da experiência prática da Residência Social da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizada em uma associação de reciclagem de resíduos sólidos, este artigo tem como objetivo investigar em que medida essa iniciativa, baseada na interação entre alunos de Administração e organizações sociais, pode contribuir, de forma prática, para a consolidação de um empreendimento de ES. Conclui-se que a Residência Social trouxe contribuições não apenas para a organização estudada, como também para a comunidade acadêmica, na medida em que contribuiu para o desenvolvimento de competências sociais dos residentes, podendo ser reaplicada em outras instituições e contextos.

Contextualização

O modelo de desenvolvimento econômico neoliberal, por meio do sistema de produção capitalista, apesar de estar baseado em valores como o crescimento econômico, a acumulação de capital e o desenvolvimento tecnológico, revelou-se marginalizador, excludente (CATTANI, 2000) e incapaz de dar respostas satisfatórias à questão social (CARRION e COSTA, 2003), produzindo uma significativa parcela de indivíduos socialmente excluídos.

No Brasil, em meio ao contexto de desemprego e exclusão social, consolida-se, a partir do início dos anos 90, com forte apoio sindical, a proposta de uma nova forma de produção e mobilização social, a qual engloba iniciativas populares de geração de trabalho e renda.

Considerado por alguns autores um sistema econômico que substituiria o capitalismo, e por outros uma alternativa de inserção econômica como resposta à pobreza e ao desemprego, o fenômeno conhecido como Economia Solidária (ES) engloba valores como solidariedade, distribuição igualitária do trabalho e dos excedentes e autogestão.

Conforme destacam Carrion e Costa (2003), a citada exclusão social e o desemprego não são os únicos motivadores e responsáveis pelo surgimento da ES. Para Laville (2002), a Economia Solidária constitui-se em um fato associativo composto por três dimensões: econômica, política e social, todas imbricadas e em permanente articulação.

França Filho (2002) associa a Economia Solidária às experiências organizacionais associativas, que contemplam problemáticas sociais específicas, mas que têm por característica comum a solidariedade.

Ainda que não possa ser considerada uma nova forma econômica, a ES representa uma tentativa inédita de articulação com a economia “tradicional” capitalista, baseada em valores do associativismo e cooperativismo (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004), sendo, portanto, apontada por Fontan (2002) como uma inovação.

Conforme França Filho e Laville (2004), a Economia Solidária deve se inserir tanto na esfera política quanto na econômica para que possa ser caracterizada como uma forma plural e contribuir com melhorias para a sociedade. Corroborando esta idéia, Carrion (2003) advoga que se faz fundamental a implementação de políticas públicas, bem como a criação de estruturas de suporte à transformação da vontade política em ação.

Ainda, de acordo com Carrion e Costa (2003), outra dificuldade das iniciativas de ES refere-se à autonomia dos trabalhadores. Para os autores, a autonomia é uma construção que exige, além da posse dos meios de produção e a distribuição dos resultados, investimento em qualificação, tanto na esfera técnica quanto na administrativa e gerencial.

Há também a serem considerados a competição e o individualismo, que regem as relações econômicas atuais, e que tendem a se sobrepor aos ideais de democracia, participação, igualitarismo, cooperação, responsabilidade social e desenvolvimento humano, impedindo que as organizações desenvolvam a capacidade de cooperar entre si (GAIGER, 2003).

Os empreendimentos de ES abrem espaço para a participação de novos atores, relações sociais e contextos. Para a sua consolidação, faz-se necessária, igualmente, a presença de um ambiente institucional favorável, assentado na construção de um novo padrão de relacionamento entre o estado e a sociedade civil, no qual o papel regulador do primeiro seja capaz de controlar a voracidade dos agentes de mercado e criar as condições para um maior protagonismo de atores coletivos da sociedade civil comprometidos com a inclusão social (BAVA, 2004).

Entretanto, embora exista uma pluralidade de movimentos sociais e políticos atuando em alternativas de desenvolvimento socioeconômico, baseadas em valores como a solidariedade e a inclusão social, a exemplo das organizações de Economia Solidária, “ainda não há uma experiência capaz de se tornar uma referência que nos diga como sair de um modelo que se pauta pela lógica dos agentes do mercado e criar um desenvolvimento sustentável” (BAVA, 2004, p. 115).

Percebe-se que a Economia Solidária se refere a um processo em construção, processo este associado à atividade da residência social da EA/UFRGS.

A residência social EA/UFRGS e seus objetivos

Para que se possa melhor compreender a residência social nos termos em que foi desenvolvida, faz-se importante, o resgate das origens do termo.

Conforme Fischer e Melo (2003), o modelo teórico da residência social representa a aplicação de um modelo teórico construído, por meio de cursos de extensão, pós-graduação e graduação, com ênfase na atividade prática dos estudantes em organizações sociais.

De acordo com Comunicarte (2004), a residência social fundamenta-se no conceito de residência médica, na qual o formando de medicina tem a oportunidade de aprimorar e consolidar os conhecimentos adquiridos, por meio da atividade prática supervisionada. Dessa forma, a residência social implica que uma parte da formação ou capacitação do residente se realize no próprio ambiente em que se desenvolve o projeto social, propiciando um mergulho profundo no contexto sócio-econômico, cultural e ético-político que o envolve.

Inspirada na experiência da residência social em curso na UFBA, em razão da parceria existente entre esta e a UFRGS, em abril de 2004, começou a desenhar-se, de forma concreta, o projeto de mesmo nome, no âmbito do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos sobre o Terceiro Setor (NIPETS) da EA/UFRGS.

O Projeto Residência Social da EA/UFRGS teve, como um de seus principais objetivos, contribuir para a consolidação de empreendimentos solidários, através da socialização de conhecimentos de gestão. Paralelamente, buscava-se criar a oportunidade para que estudantes de administração pudessem

aprender, na prática, sobre conteúdos relacionados à gestão social e à realidade da exclusão social no Brasil (em grande parte ausente nos currículos universitários brasileiros), além de desenvolverem competências sociais.

A criação de um espaço para a adaptação de modelos teóricos da ciência administrativa à gestão social, atendendo às demandas das organizações sociais parceiras, também se constituiu em um grande motivador para a reaplicação da Residência Social.

A residência social da EA/UFRGS é parte integrante da metodologia do Projeto Interinstitucional de Pesquisa “Inovações em Economia Popular e Solidária”, em realização com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), desenvolvido pelo NIPETS. O programa foi institucionalizado dentro da UFRGS, sob a forma de uma atividade de extensão, com a possibilidade de aproveitamento de créditos para os estudantes participantes.

Residência Social EA/UFRGS – procedimentos metodológicos

A Residência Social EA/UFRGS teve seu primeiro módulo de atuação focado em cinco organizações de ES, localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, sendo duas associações da área do reciclo e três cooperativas de metalurgia. Devido à preocupação inicial de que o programa fosse uma construção conjunta em suas diversas etapas, a escolha dos setores de atuação não ocorreu por acaso, e sim através da reflexão junto a duas ONGs parceiras da universidade (CAMP e ADS). O programa contou, nessa primeira etapa, com a participação de onze estudantes da Escola de Administração da UFRGS, divididos entre graduandos, mestrands e doutorandos.

As atividades desenvolveram-se por meio da realização de visitas semanais aos empreendimentos, nas quais os estudantes trabalhavam em duplas. Cada visita era acompanhada pela redação de um relato, o qual registrava os detalhes da situação vivenciada para um maior aprofundamento e posterior análise.

A consolidação da experiência se mostrou particularmente importante para, entre outros aspectos, a constante avaliação do andamento do programa. A contínua preocupação com o registro dos acontecimentos e ações desenvolvidas também se mostra importante para tornar possível sua avaliação e reaplicação.

Em cada uma das organizações parceiras, foi desenvolvido, de forma conjunta com os próprios trabalhadores, um projeto específico que apontou necessidades de atuação em áreas diversas, como a realização de um sistema de custos e o desenvolvimento de projetos de captação de recursos. O fato de não utilizar um plano de ação único, com base nas demandas de um empreendimento específico, para todos os demais, se traduz em uma característica e das maiores preocupações da residência social.

Paralelamente, foram realizadas reuniões quinzenais de acompanhamento com os coordenadores do projeto e a equipe de residentes. Nesses encontros, tinha-se como principal objetivo o debate das experiências, para potencializar o aprendizado proveniente da prática. Também se constituíram em questões relevantes a orientação dos estudantes e a consolidação do processo de aprendizagem, contando com estudos teóricos dirigidos.

Faz-se salutar entender o programa como um processo de troca e aprendizado mútuo, no qual todos os envolvidos podem, de alguma maneira, se desenvolver, não possuindo caráter voluntário-assistencialista, ainda que os participantes não sejam remunerados.

Preocupada não apenas com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, a residência social da EA/UFRGS incluiu a criação de um espaço de articulação entre todos os atores envolvidos (ONGs, associações, cooperativas e universidade). Fruto desse espaço, foi organizado um encontro com estes atores, objetivando debater problemas comuns, possíveis soluções e também a avaliação do próprio andamento do programa.

A residência social se constitui em uma metodologia que não se propôs, desde seu início, a ter planos de atuação pré-elaborados para os empreendimentos com os quais formou parcerias, e sim a

desenvolver, por meio de uma construção conjunta com os diversos atores sociais, tanto seus objetivos, como seu conteúdo e forma de atuação.

A experiência prática que ilustra este artigo foi realizada em um dos cinco empreendimentos participantes do primeiro módulo da Residência Social EA/UFRGS, e ocorreu em uma associação de reciclagem de resíduos sólidos, localizada em Porto Alegre.

Discussão da experiência prática e resultados – o caso da ACMDMR

A Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua (ACMDMR) surgiu como consequência da organização em grupo dos moradores de rua que integravam o Movimento dos Moradores de Rua (MDM) e que lutavam em busca de um espaço de moradia.

Hoje, a ACMDMR funciona como uma unidade de triagem de resíduos sólidos, conveniada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPOA), e é composta por trinta e seis associados. Treze integrantes são, também, moradores de um conjunto de casas existente dentro do próprio espaço da comunidade.

Constantemente são realizadas assembleias, convocadas pela coordenação ou pelos próprios associados, para discussão de questões consideradas pertinentes, como também para prestação de contas. O lucro gerado pela comercialização dos resíduos sólidos é dividido pelos associados conforme as horas trabalhadas por cada um.

A comercialização é realizada para um número restrito de compradores, intermediários no processo da reciclagem, que, em sua maioria, foram investidores iniciais do empreendimento, emprestando capital de giro e os principais equipamentos. Como essas ferramentas ainda encontram-se em comodato, a associação desenvolveu uma relação de fidelidade junto a esses compradores específicos, os quais ainda determinam o valor de compra dos materiais.

Como a maioria das associações de reciclagem de resíduos sólidos situadas em Porto Alegre, a ACMDMR possui uma coordenação forte. Por meio de uma reunião entre esta e uma representante da EA/UFRGS, foi explicitada a intenção da organização em se integrar ao programa da Residência Social, motivada principalmente pela carência em conhecimentos sobre gestão.

A residência social na ACMDMR teve início em junho de 2004 e foi realizada por dois estudantes da EA, um da graduação e outro da pós-graduação.

A definição de um projeto de trabalho específico em conjunto com a ACMDMR teve um início difícil e, em alguns momentos, angustiante. Após várias visitas de campo, permeadas por conversas informais, ainda não era possível visualizar-se claramente o trabalho que poderia ser realizado. Vários dos problemas diagnosticados pelos estudantes, e debatidos com a coordenação, eram descartados por não serem considerados relevantes.

Foi através da seqüência dessas visitas de campo que o plano de trabalho a ser desenvolvido passou a se delinear, com foco em duas vertentes principais: busca de compradores para alguns materiais ainda não comercializados e elaboração de um projeto para captação de recursos visando à construção de um centro de atividades voltado para crianças e adolescentes, filhos dos associados.

Após pesquisas junto ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), foi possível obter uma lista com possíveis compradores de diversos tipos de materiais (incluindo alguns dos que não eram comercializados pela ACMDMR até então), atualizada freqüentemente de acordo com a descoberta de novos compradores pelas próprias unidades de triagem. Porém, essas listas não são repassadas prontamente aos empreendimentos, apenas quando solicitadas. De posse da mesma e tendo a entregado à ACMDMR, conseguiu-se comprador para garrafas de vidro, aumentando, assim, a receita da associação e alcançando, ainda que parcialmente, um dos objetivos estabelecidos.

O projeto de captação de recursos não obteve o mesmo êxito, encontrando várias dificuldades em sua construção. O primeiro grande impasse, essencial para a finalização do projeto, foi a necessidade

de um parecer técnico de um arquiteto ou engenheiro sobre o material necessário para a construção do espaço físico, bem como da planta das futuras instalações. Tentou-se conseguir apoio dentro da própria UFRGS, bem como no ambiente externo à universidade, porém, ainda que sob diversas tentativas, não foi possível a construção de uma parceria que suprisse essa carência.

Em paralelo, buscavam-se possíveis financiadores para apoiarem o projeto. Com a análise da documentação necessária requerida por agentes financiadores, observou-se que a associação não atendia a todos os requisitos necessários. Um dos documentos fundamentais para a captação de recursos é a comprovação da posse do terreno onde a atividade desenvolve-se. No entanto, no caso da ACMDMR, o terreno ainda pertence formalmente à Prefeitura, e a associação não possui a concessão formal para utilização do espaço.

Em face disso, a implantação do projeto encontra-se em fase de espera de uma definição, já que a associação desenvolve negociações com a Prefeitura atual para obtenção formal do terreno.

A ausência de formalização do acordo entre o poder público e o empreendimento de economia Solidária em questão não reflete somente no impedimento de seguir adiante um projeto de captação de recursos, mas demonstra a dependência e a conseqüente instabilidade que a associação desenvolve em relação ao governo municipal.

No que se refere ao contexto intra-organizacional, os integrantes da ACMDMR desconhecem as regras do estatuto e a formação da coordenação. A própria ata de eleição da coordenação, que se revela um requisito legal para o funcionamento da associação, devendo teoricamente representar a identidade da organização, descaracterizou-se como tal: muitos de seus integrantes, responsáveis legalmente pelo empreendimento, já não estão mais presentes na associação.

Em suma, a falta de institucionalização percebida pelos residentes revelou uma certa despreocupação da associação com a sua formalização, o que dificulta sua consolidação como uma organização e o reconhecimento de sua legitimidade perante os demais atores sociais.

Em contrapartida, um dos êxitos da residência social na ACMDMR foi a participação conjunta das duas instituições no painel “Residência Social EA/UFRGS”, durante o 5º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre. Com a presença de dois membros da associação, junto aos residentes, foi possível debater questões-chave relacionadas ao êxito e às dificuldades do programa, bem como divulgar a iniciativa para a comunidade brasileira e internacional, despertando interesse entre os presentes. Através de experiências como essa, são potencializadas futuras reaplicações no país e no exterior, bem como a conquista da legitimidade das organizações envolvidas, um dos pontos críticos para a consolidação dos empreendimentos de ES.

Considerações

Baseando-se na experiência da Residência Social EA/UFRGS junto à ACMDMR, observa-se que, em determinados momentos, o trabalho se concentrou excessivamente junto à coordenação da associação, com a participação de poucos membros da organização no processo de construção. Percebe-se a necessidade, para o próximo módulo do programa, da realização do trabalho com a constante preocupação do envolvimento do maior número possível de membros das organizações parceiras. Ainda que um processo mais demorado e complexo, o resultado tende a ser muito mais proveitoso para todos os envolvidos.

Outro aspecto importante a ser considerado, para a consolidação da residência social como ferramenta de gestão social, é o compartilhamento das experiências vividas em cada empreendimento com os demais. Se, por um lado, vários conhecimentos foram criados através da parceria com a ACMDMR, seria importante que eles fossem difundidos entre outros empreendimentos de ES do ramo do reciclo. Porém, ainda que relevante, esse aspecto encontra barreiras significativas na falta de integração entre as organizações do setor da reciclagem em Porto Alegre.

Vale ressaltar que a troca e o compartilhamento das experiências vividas pelos estudantes participantes da Residência Social EA/UFRGS mostraram-se um fator de extrema riqueza para a caracterização do programa como um importante instrumento de gestão social, na medida em que

permitiu não apenas o desenvolvimento de competências sociais, mas também a sensibilização dos mesmos para a realidade social do país. Isso foi possível, entre outros fatores, pela preocupação constante com o registro das experiências vivenciadas pelos residentes, bem como de estudos dirigidos com o objetivo do aprofundamento teórico dos envolvidos no projeto.

Por fim, para que o programa possibilite um nível de aprendizagem e de contribuição social mais significativo, deve ser buscada sua interdisciplinaridade, passando a envolver alunos e professores não apenas da administração, mas também de outras áreas do conhecimento. Foi percebido, como referido, que os conhecimentos de gestão social, ainda que importantes, não são suficientes para se dar conta da complexidade das situações problematizadas neste artigo.

Referências

- BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. *In*: LASSANCE JR. *et al* (org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- CARRION, R. S. M. Alternativas econômicas de trabalho e produção: desafios à consolidação de empreendimentos populares nos moldes da economia popular e solidária. *In*: Colóquio Internacional sobre Poder Local, IX, 2003, Salvador, BA. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.
- COSTA, P. A. C. A gestão da economia solidária como uma política de geração de trabalho e renda: o caso do município de Cachoeirinha - RS. *In*: Colóquio Internacional sobre Poder Local, XII, 2003. Salvador, BA. **Anais...** Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2003.
- CATTANI, A. D. **Trabalho e autonomia**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COMUNICARTE - Agência de responsabilidade social. Disponível em: <<http://www.comunicarte.com.br/conceitos.html>>. Acesso em 07/03/2004.
- FISCHER, T.; MELO, V. P. Gestão social do desenvolvimento e interorganizações. *In*: Colóquio Internacional sobre Poder Local, IX, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: NEPOL/UFBA, 2003.
- FONTAN, J. M. Projet D'Alliance - INÉ. Conseil de Recherche en Sciences Humaines (CRSH) du Canada, **Lettre d'Intention sous la responsabilité de Jean-Marc Fontan**. Apresentado em 16 de dezembro no CRSH (mimeo). Université de Quebec à Montreal: Montreal, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. *et alli*. Empreendimentos econômicos solidários. *In*: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 135-143.
- LAVILLE, J. Fato associativo e economia solidária. *In*: **BAHIA: análise e dados**, v. 12, n. 1, jun 2002, p. 25-33. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2002.